

A ideologia neoliberal na educação de São Paulo: Uma breve discussão.

Ricardo Beserra Santos¹

Resumo

O Estado de São Paulo, o mais populoso e rico da federação brasileira, implementou no ano de 2008 uma nova proposta curricular intitulada *São Paulo Faz Escola*, impondo ao sistema de ensino público estadual, especialmente aos docentes das diferentes disciplinas, entre elas a Geografia, cadernos que contém os conteúdos que deverão ser ministrados aos alunos e as estratégias pedagógicas para ensiná-los, configurando uma espécie de apostilamento. Este fato restringe a liberdade do docente para a escolha dos conteúdos mais adequados para cada grupo de alunos, e acaba por engessar e mecanizar o processo de ensino-aprendizagem, esta padronização dificulta o entendimento da necessidade da contextualização dos ensinamentos nas diferentes realidades sócio-econômicas do alunado, muitas vezes dispare. Neste sentido com base em autores de linha crítica o presente artigo relaciona e fomenta a discussão entre esta nova proposta do Estado de São Paulo e os efeitos danosos da ideologia neoliberal na educação pública, com seus rígidos mecanismos de controle e padronização. Desta forma, faz-se necessário um esforço de discussão entre intelectuais e docentes para se pensar um modelo em que a escola seja mais humana e incluyente, processo no qual a participação e contribuição do geógrafo torna-se de fundamental importância devido sua formação de análise dos mecanismos de funcionamento das sociedades.

Palavras-chave: educação, neoliberalismo, ensino, São Paulo Faz Escola.

Introdução

Na convicção de que todo ato pedagógico é um ato político (FREIRE, 1983), faz-se necessário uma prática social transformadora que possa mudar a concepção atual do modelo educacional, visando uma postura política e comprometida com a melhoria do ensino público e gratuito, longe da crença escolanovista na qual a escola é tratada como uma instituição isolada dos condicionantes sociais (SAVIANE, 2005).

As ideologias neoliberais empregadas à educação submetem de forma negativa os sistemas de ensino a rígidas normas de controle e qualidade, retiradas de métodos industriais (GENTILLI, 1996). Outro aspecto negativo está no fato dos currículos gestados através destas ideologias tenderem a padronização dos conteúdos.

No novo currículo, o *São Paulo Faz Escola*, os professores foram submetidos ao cumprimento dos conteúdos contidos nos chamados cadernos do professor, que além de conter os conhecimentos a serem ministrados possuem as estratégias pedagógicas para trabalhar os mesmos com os alunos, este fato além de ferir a liberdade de escolha dos conteúdos pelos docentes e a contextualização dos mesmos, tende a prejudicar uma das etapas fundamentais da atividade pedagógica que é a etapa de planejamento das aulas.

Através da padronização dos conteúdos os professores deixam de exercitar o planejamento das aulas, fato que pode causar uma alienação do docente em relação a sua atividade, pois ocasiona a perda da capacidade de planejamento (APPLE, 1999).

Segundo Lopes (2000) os conteúdos ensinados devem possuir laços estreitos

¹ Aluno de Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro.

com a realidade concreta dos alunos, dando sentido à sua apropriação, o que não ocorre em um currículo demasiadamente padronizado e que não considera as peculiaridades de cada agrupamento social.

Contextualizar os conteúdos da realidade concreta dos alunos, fazendo as devidas relações com o que ocorre no mundo, é passo importante para que a formação do aluno lhe proporcione uma visão crítica e a capacidade de intervir socialmente, propiciando desta forma uma formação de caráter mais humano e menos mercadológico.

O geógrafo é um dos profissionais, dentre os diversos campos do saber, que pode contribuir para esta contextualização, pois estuda os mecanismos de funcionamento das sociedades. Cabendo-lhe também refletir e apontar sugestões para a mudança deste quadro educacional, no qual a hegemonia dos ideais neoliberais valoriza uma formação padronizada e voltada para o mercado de trabalho (GENTILI, 1996).

A Ideologia Neoliberal na Educação

Em seu estudo Gentili (1996) fornece sólida base conceitual para entender como foi e é pensada a educação pelos intelectuais neoliberais, principalmente nos países subdesenvolvidos, pois estes foram os mais submetidos às mudanças políticas e sociais desta forma de construção ideológica hegemônica. Para o autor trata-se de uma estratégia de poder que se implementou através de sentidos articulados de um projeto de reforma ideológica das sociedades, sobretudo as dos países subdesenvolvidos, que abrange as esferas políticas, econômicas, jurídicas e sociais, e entre esta última à esfera da educação.

A atenção de Gentili se prende, desta forma, a análise do discurso neoliberal no campo educacional, visando contribuir para a formação de estratégias de luta contra as intenções dinâmicas de exclusão social, como a dificuldade de acesso a educação da maioria dos pobres, promovidas por políticas neoliberais, que teoricamente são capazes de resolver a crise por que passa, nas últimas décadas, a educação.

Na concepção neoliberal a crise educacional é entendida como consequência de uma expansão desordenada do sistema escolar que acarreta em deficiência de qualidade devido a improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas. Os culpados seriam os “incompetentes” estabelecimentos escolares, caracterizando desta forma uma crise operacional, sob a égide de um modelo de Estado assistencialista falido. Para tanto a saída seria uma reforma no sistema escolar ancorada em mecanismos de mercado.

O objetivo político de democratizar a escola está assim subordinado ao reconhecimento de que tal tarefa depende, inexoravelmente, da realização de uma profunda *reforma* administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a *qualidade* dos serviços educacionais. (GENTILI, 1996: 6)

A concorrência entre os indivíduos seria um dos meios de superação da crise, tendo em vista a revalorização do indivíduo como proprietário. Assim a educação estaria ancorada num caráter empresarial.

Segundo esta visão, são os próprios indivíduos (no caso da educação: professores e alunos) que não dão o devido valor ao conhecimento, por crerem em um suposto “axioma” no qual se acredita em uma cidadania que nos coloca em uma suposta

condição de igualdade; e não graças ao mérito e o esforço individual que nos consagra como consumidores empreendedores.

Como estratégia para verificar o andamento das reformas escolares pelos governos neoliberais se estabeleceu mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais; visando também a articulação e subordinação da produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho. Mecanismos estes que no caso brasileiro executam-se através de avaliações aplicadas em nível nacional, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Gentili faz, para melhor compreensão da natureza institucional das escolas que seguem os ideais neoliberais, uma comparação do funcionamento das escolas com o das redes de fast food's, fato por ele chamado de "McDonização da Escola", devido ao caráter, em particular, altamente organizado e mecanizado desta rede de fast food. Segundo o estudo, ambos (escola neoliberal e McDonald's) existem para suprir duas necessidades básicas do ser humano: comer e ser socializado. O que os unifica é o fato de que a mercadoria oferecida deve ser produzida de forma rápida e de acordo com certas e rigorosas normas de controle da eficiência e da produtividade, importantes características presentes nas escolas atualmente.

"McDonaldizar" a escola supõe pensá-la como uma instituição flexível e devendo reagir aos estímulos emitidos por um mercado educacional altamente competitivo, pois o conhecimento se transformou na chave, portanto mercadoria, de acesso à nova sociedade do saber.

Tal qual o McDonald's, a escola dispõe de meios, matérias e imateriais, para promover a concorrência entre os indivíduos internamente. A educação é pensada como um grande campeonato.

Danos das Políticas Educacionais Neoliberais e o Currículo *São Paulo Faz Escola*.

O sistema educacional brasileiro que passa por uma crise e entre alguns de seus problemas encontra-se o da evasão escolar, principalmente dos alunos de baixa renda, reproduzindo-se, assim, na educação, a estrutura excludente do modelo social capitalista.

Os últimos acontecimentos no cenário econômico internacional apontam para um gradual abandono das ideologias neoliberais na esfera econômica, fato constatado nas medidas protecionistas tomadas pelas grandes potências mundiais, como os Estados Unidos, que visam atenuar os efeitos da crise, protegendo seu mercado interno através do aumento das taxas de importação, o que contraria os ideais da chamada globalização.

Em contraponto a tendência de declínio dos ideais neoliberais na esfera econômica, no campo educacional suas influências persistem, sobretudo nos sistemas educacionais públicos dos países subdesenvolvidos.

Para sustentar está hipótese, tendo como pressuposto que a lógica neoliberal continua hegemônica entre as estratégias e formulações para o campo educacional, tece-se uma breve análise do novo programa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – Brasil, intitulado: *São Paulo Faz Escola*, implantado na rede estadual pública de ensino no ano de 2008, a partir do estudo do descrito por Gentili (1996), no qual de forma precisa descreve as características e fatos que influenciaram a formulação de ações educativas pautadas nas idéias dos intelectuais neoliberais.

O novo currículo paulista impôs à rede pública estadual de ensino uma espécie de apostilamento dos conteúdos a serem trabalhados pelos docentes, mantendo e reforçando a padronização dos conteúdos a serem ensinados.

Os mecanismos de controle que medem a qualidade da eficácia do processo de ensino-aprendizagem com os mesmos padrões utilizados na medição da qualidade na indústria também se faz presente. Neste caso específico, trata-se do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), que tem por função medir o quanto dos conteúdos estipulados no novo currículo foi assimilado pelos alunos da rede estadual de ensino.

Através destes indícios é possível aventar um quadro em que a educação não somente foi, mas continua influenciada, e de maneira crescente, pelo discurso neoliberal, que impõe ao sistema escolar uma concepção (re)produtivista e mercadológica, que visa produzir um tipo específico de “produto” - o aluno capacitado ao mercado de trabalho; fato este que evidencia a necessidade de uma nova lógica educacional, voltada à construção de valores humanos e críticos na formação dos alunos, sobretudo os das classes desfavorecidas. Para estes últimos somente uma educação pública, gratuita e que propicie aos docentes uma verdadeira liberdade de escolha dos conteúdos adequados, na qual possam desenvolver mecanismos apropriados a cada grupo de alunos, respeitando sua realidade social, é capaz de proporcionar.

No caso do programa *São Paulo Faz Escola*, cabe ressaltar que São Paulo é o maior estado brasileiro e o mais rico, portanto, com grandes possibilidades de que sua nova proposta pedagógica sirva de modelo para os demais estados da federação.

São perceptíveis os danos causados aos jovens quando os sistemas educacionais públicos aderem a ideologias educacionais neoliberais, pois o resultado é a exclusão social, principalmente das classes sociais desfavorecidas, lógica expressa na dificuldade de acesso e permanência destes ao sistema escolar.

Convite a Reflexão

Uma das alternativas para a transformação deste quadro é a busca por uma abordagem que leve em consideração aspectos da realidade concreta, que enfoque os conteúdos como produção histórico-social de todos os homens, ou seja, trabalhando os conteúdos escolares a partir da realidade dos alunos, fornecendo-lhes condições para o entendimento da realidade da estrutura social em que vivem.

No caso específico do geógrafo e seu papel no atual modelo de divisão entre os diferentes campos do saber, torna-se fundamental sua contribuição para a elaboração de uma nova lógica, livre das práticas mercadológicas, pois este profissional possui arcabouço teórico capaz de contribuir para uma formação mais crítica e humana dos alunos; (re)trabalhando os conteúdos sistematizados, possibilitando que compreendam sua realidade próxima, mas sem esquecer de contextualizá-los em seu papel e lugar no mundo.

Apesar dos condicionantes sociais que são impostos à escola esta possui também uma autonomia relativa que, em especial na rede pública de ensino, possibilita que o conhecimento seja utilizado como instrumento de libertação para os alunos, proporcionando-lhes uma maior autonomia e senso crítico diante da realidade social.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial:** a educação democrática numa era conservadora; tradução de Maria Isabel Edelweiss Bujes. Petrópolis : Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. (1979). **Educação como prática da liberdade.** 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação:** manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (org). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

LOPES, Antonia Osima. **Planejamento do Ensino numa Perspectiva crítica da educação.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord). **Repensando a Didática.** 16. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SÃO PAULO, **Proposta Pedagógica São Paulo Faz Escola.** São Paulo, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia:** polemicas do nosso tempo. 36. ed. ver. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2005. 13p.